

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1501205 - RS
(2019/0113101-1)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : JOSE JADIR ROCHA DE PAULA
EMBARGANTE : EDILIA TEIXEIRA DE PAULA
ADVOGADOS : ALEX KLAIC E OUTRO(S) - RS061287
LUCIANA CLAUDETE MEIRELLES CORREA - RS033903
EMBARGADO : PEDRO SANTONI
REPR. POR : RENATA SANTONI - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : NERCI RAMOS TEIXEIRA - RS007982
ANA PAULA GABRIEL GETÚLIO E OUTRO(S) - RS043966
EMBARGADO : CCL COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA
OUTRO NOME : AGOSTINHO ANDRE COLUSSI CIA LTDA
ADVOGADO : SÉRGIO GLAUCO DA SILVA ROLIM DE MOURA - RS023947
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON PILLA FILHO E OUTRO(S) - RS041666
MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441
JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA - SP200874

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no acórdão ora embargado, portanto inexistentes os requisitos para cabimento dos presentes embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022 do novo CPC. O julgado dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente.
2. Estão claras, no *decisum* desta Turma julgadora, as circunstâncias que ensejaram o desprovidimento do recurso especial, porquanto estampou-se, com base no acervo fático-probatório, a ausência de demonstração dos elementos subjetivos que autorizariam o reconhecimento da impenhorabilidade do imóvel rural arrecadado, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator